

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.057/2000

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências

EMENDA

Dê-se ao art. 53 do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, a seguinte redação:

“Art. 53. Examinada a documentação e encontrada em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis deve autuar o requerimento com os documentos, e, informando o fato à autoridade licenciadora e ao Ministério Público, providenciar a publicação de edital, contendo um resumo do pedido de registro do parcelamento e um desenho simplificado da localização do imóvel.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda modifica a redação atual do Projeto para incluir o Ministério Público entre aqueles que serão comunicados pelo Oficial do Registro de Imóveis, quando autuar o requerimento do empreendedor.

Sala da Comissão, em 18/01/2006.

Deputado **Beto Albuquerque (PSB/RS)**